



JORNAL

FENAJUFE EM PAUTA

8ª EDIÇÃO | DE 25 A 31 DE JANEIRO DE 2025 | ANO 2

Carta aberta ao presidente do STF

A Fenajufe manifesta preocupação com o tratamento desigual e o desrespeito às demandas dos servidores do Judiciário Federal.

PÁG. 5

UNIDADE

Fenajufe marca presença em ato no Dia Internacional dos Aposentados

PÁG. 3

AGENDA DE LUTAS

Confira o calendário de mobilizações

PÁG. 2

12º CONGREJUFE

Coletivo LGBTQIA+ dá início ao debate de propostas

PÁG. 6





Estão programados atos para os dias 7, 11 e 12/02, além de 20/03, data em que a categoria realizará greve nacional

Dando continuidade à organização da mobilização nacional das servidoras e servidores do Poder Judiciário da União (PJU) e do Ministério Público da União (MPU) em 2025, a Fenajufe encaminhou, nessa sexta-feira (31), um ofício aos sindicatos de base reforçando a convocação para as atividades previstas no calendário de mobilização. Estão programados atos para os dias 7, 11 e 12 de fevereiro, além de 20 de março, data em que a categoria vai deflagrar greve nacional em defesa de direitos e por melhores condições de trabalho.

Entre as principais reivindicações estão:

- A garantia de orçamento adequado para os(as) servidores(as);
- Implementação do Adicional de Qualificação (AQ);

- Reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar, condizente com os valores praticados pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- Construção de uma política salarial justa;
- Implementação do auxílio-nutrição.

Ainda no documento, a Fenajufe enfatiza a importância da unidade da categoria e da ampla participação dos sindicatos nas atividades planejadas. Somente com uma mobilização forte e ampla adesão à greve será possível avançar nessas pautas. A Federação solicita o apoio e o empenho de todos os sindicatos na organização e execução das ações, assegurando o máximo de adesão às atividades e à paralisação.

Fernanda Miranda

Calendário de Mobilização

7 de fevereiro

Lançamento da campanha

O primeiro grande ato da mobilização acontecerá no dia 7/02 com manifestações nos estados e no Distrito Federal.

11 e 12 de fevereiro

Mobilizações no CNMP e no STF

Além da mobilização do dia 7/02, a Fenajufe convoca a categoria para dois atos nacionais, acompanhando as sessões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Supremo Tribunal Federal (STF), além de ações de apoio nos estados para garantir a visibilidade da mobilização.

11 de fevereiro - CNMP

Mobilização em frente ao Ministério Público da União (MPU), às 9h, acompanhando a sessão do CNMP.

12 de fevereiro - STF

Mobilização em frente ao STF, às 14h, durante a sessão de julgamento.

20 de março – Greve Nacional do PJU e MPU

O dia 20 de março será marcado pela Greve Nacional dos(as) servidores(as) do PJU e do MPU

Na data serão realizadas atividades nos estados e no Distrito Federal, com atos públicos e a apresentação formal da pauta ao STF.

Acesse a pauta de reivindicações:



EXPEDIENTE

Supervisão - Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Carneiro
Fernanda Lauria
Márcia Pissurno

Projeto Gráfico - Paula Morena

Logotipo - Rap Design

Textos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Fotos - Fernanda Miranda, Joana Darc Melo e Raphael de Araujo

Colaboração: Ana Carolina Rubo, estagiária da Fenajufe

Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Endereço - SCS, Quadra 2, Bloco "C", Edifício Serra Dourada, 3º Andar, salas 312 à 318 70300-902

Telefone - (61) 3962 - 8925

E-mail - imprensa@fenajufe.org.br

Fenajufe participa de ato em Brasília pelo Dia Nacional dos Aposentados

Após caminhada,
manifestantes foram recebidos
pelo assessor da Secretaria de
Diálogos do governo

A Fenajufe se somou a outras entidades representativas do funcionalismo público, na sexta-feira (24), na 2ª Marcha dos Aposentados, Aposentadas e Pensionistas na capital federal contra a retirada de direitos do segmento.

A coordenadora de Assuntos de Aposentadoria Soraia Marca acompanhou a movimentação, que se iniciou na Praça dos Três Poderes de onde os participantes seguiram até o anexo I do Palácio do Planalto.

O ato deu início à agenda do segmento em 2025 e teve como objetivo chamar atenção do governo para pautas como a revogação da Reforma da Previdência (EC 103/19) e aprovação da PEC 6/2024 (com apensamento à PEC 555/06), cuja principal alteração é a extinção gradual da contribuição previdenciária dos(as) servidores(as) públicos aposentados e aposentadas.

No Palácio do Planalto, os servidores foram recebidos pelo assessor da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais do governo, Carlos Balduíno (Babu) e pelo chefe de gabinete da secretaria, Renê Rógio. Em todas as falas ficou evidenciado o apelo pelo fim da taxação previdenciária – que na verdade é confisco – e pela manutenção dos direitos daqueles e daquelas que muito contribuíram para o País.



Após as falas das entidades, os representantes do governo sugeriram que as entidades criassem uma comissão de até seis integrantes para que a secretaria possa encaminhar uma interlocução direta com o Ministério da Previdência Social e/ou órgãos responsáveis pelas pautas apresentadas. O assessor reforçou que o ato “abriu a caixa de diálogos” das categorias de servidores aposentados com o governo.

Em sua manifestação, Soraia lembrou que em sua campanha presidencial, o presidente Lula prometeu acabar com o confisco das aposentadorias e que agora, é hora de cobrar. A dirigente ressaltou que o governo precisa atuar tanto no STF quanto no Legislativo para atender a demanda do segmento. Ainda segundo ela, servidores(as) públicos federais representam a única categoria que continua a pagar a previdência depois que se aposentam.

Auxílio-nutrição

Outro ponto mencionado pela coordenadora foi o empenho da Fenajufe pela implementação do auxílio-nutrição. O benefício é uma proposta da Federação como uma alternativa para os(as) aposentados(as) e pensionistas, em razão da perda do auxílio-alimentação. O objetivo da

Federação é garantir a segurança alimentar, qualidade de vida e saúde para as servidoras e servidores aposentados – questões que constam na constituição e na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e que devem ser asseguradas pelo poder público.

Joana Darc Melo





Nos documentos, a Federação apresenta reivindicações e destaca mobilização nacional no dia 20 de março

Carta aberta ao procurador-geral da República, Paulo Gonet

Senhor Procurador-Geral,

A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Fenajufe, em nome dos(as) servidores(as) do Ministério Público da União (MPU), vem a público manifestar sua preocupação com o descaso em relação às pautas legítimas dos(as) trabalhadores(as) que sustentam as atividades essenciais do MPU.

Embora o MPU assuma um papel cada vez mais relevante na defesa da sociedade, os(as) servidores(as) que garantem a efetividade dessas funções seguem relegados(as) a um plano secundário.

Entre os pontos mais urgentes, destacamos:

1) Melhoria nas remunerações e redução das desigualdades salariais internas: Os reajustes recentes não foram suficientes para compensar a inflação acumulada, resultando em perdas reais. É necessário corrigir as distorções salariais nas carreiras.

2) Reajuste dos auxílios alimentação e pré-escolar: Aproximar os valores praticados à política de benefícios do Tribunal de Contas da União.

3) Pagamento do auxílio-saúde nos mesmos moldes do recebido pelos magistrados.

4) Implementação do Adicional de Qualificação (AQ): Regulamentação com atualização dos percentuais e base de cálculo sobre o maior vencimento básico das carreiras, além da possibilidade de acumulação de cur-

sos de capacitação.

5) Respeito aos direitos adquiridos e garantias legais: Pagamento integral da VPI e regulamentação do trabalho remoto estruturado.

6) Reconhecimento de direitos relacionados às condições de trabalho:

- Garantia de férias não usufruídas por necessidade de serviço.
- Registro das horas extras, com escolha entre pagamento ou inclusão no banco de horas.

7) Incorporação de gratificações às aposentadorias: Atividades desempenhadas com dedicação e risco, como as realizadas pelos(as) técnicos(as) e analistas judiciários(as) das especialidades de agente de polícia

judicial e inspetor, devem refletir na composição das aposentadorias.

Anunciamos um calendário de lutas que se inicia no dia 07 de fevereiro, declarado como o Dia Nacional de Luta pela Valorização das Servidoras e Servidores do MPU e PJU. Caso nossas reivindicações não sejam atendidas, a mobilização será intensificada.

Respeitosamente,

Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fernanda Miranda

Carta aberta ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF



Senhor Ministro,

A Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União – Fenajufe, em nome dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário da União (PJU), vem a público expressar sua profunda preocupação com o tratamento desigual e o desrespeito às demandas legítimas dos(as) trabalhadores(as) que garantem o funcionamento da Justiça no Brasil.

Apesar da tentativa de diálogo, que incluiu discussões no Fórum Nacional de Carreiras do PJU e MPU, a falta de respostas efetivas às principais reivindicações da categoria tem causado enorme insatisfação. Enquanto observamos a magistratura acumulando benefícios e verbas vultosas em sessões administrativas, os(as) servidores(as), que são o alicerce do Judiciário, enfrentam desafios crescentes, como sobrecarga de trabalho e a defasagem de direitos e benefícios essenciais.

Entre os pontos mais urgentes e inadiáveis, destacamos:

1) Melhoria nas remunerações e redução das desigualdades salariais internas: os reajustes recentes não foram suficientes para repor a inflação acumulada, resultando em

perdas reais. É necessário corrigir as distorções, promovendo justiça e isonomia nas carreiras do Judiciário.

2) Pagamento do auxílio-saúde nos mesmos moldes do recebido pelos magistrados.

3) Indenização de transporte para os(as) analistas judiciários(as) – especialidade Oficial de Justiça: Garantir uma indenização justa que cubra os custos de deslocamento necessários para o cumprimento das atribuições externas.

4) Implementação do Adicional de Qualificação (AQ): Regulamentação urgente, com atualização dos percentuais e da base de cálculo sobre o maior vencimento básico das carreiras, além da permissão para acumulação de cursos de capacitação, valorizando o desenvolvimento técnico e profissional dos(as) servidores(as).

5) Respeito aos direitos adquiridos e garantias legais:

- Defesa da VPNI de quintos e/ou décimos reconhecidos administrativamente, assegurando a segurança jurídica.
- Pagamento integral da VPI e compatibilidade das gratificações, como

a Gratificação de Atividades Externas (GAE), com interpretações favoráveis aos(as) trabalhadores(as).

6) Reconhecimento de direitos relacionados às condições de trabalho:

- Garantia de períodos de férias não usufruídos por necessidade de serviço, mesmo após dois anos.
- Regulamentação e ampliação do trabalho remoto como opção legítima e estruturada.
- Registro efetivo das horas extras, respeitando a escolha entre pagamento ou inclusão no banco de horas.

7) Incorporação de gratificações às aposentadorias: Atividades desempenhadas com dedicação e risco, como as realizadas pelos(as) técnicos(as) e analistas judiciários(as) das especialidades de agente de polícia judicial e inspetor, devem refletir na composição das aposentadorias.

O Judiciário é constituído e construído não apenas pela magistratura, mas por mais de 120 mil servidores(as), cuja atuação é indispensável. Reconhecemos os esforços do Ministro e o espaço de debate aberto no Fórum Nacional, mas ressaltamos

que tais ações precisam ser acompanhadas de respostas concretas e efetivas às demandas apresentadas.

Diante da ausência de avanços significativos, anunciamos a organização de um calendário de lutas, que se inicia em 07 de fevereiro, declarado como o Dia Nacional de Luta pela Valorização das Servidoras e Servidores do PJU e MPU, com a exigência de inclusão desses(as) trabalhadores(as) no orçamento de forma digna e justa.

Reiteramos nosso compromisso com o diálogo, mas destacamos que, caso as reivindicações não sejam atendidas, os(as) servidores(as) intensificarão a mobilização, incluindo, se necessário, a deflagração de um movimento paredista.

Respeitosamente,

*Federação Nacional dos
Trabalhadores e das Trabalhadoras
do Judiciário Federal e Ministério
Público da União*

Fernanda Miranda

12º Congrejufe

Coletivo LGBTQIA+ inicia debate de propostas



Reunião propõe unificar o debate das propostas com demais coletivos

Visando ampliar o debate da construção de propostas a serem defendidas no 12º Congrejufe, o Coletivo Nacional da Fenajufe de LGBT+ do PJU e MPU se reuniu na terça-feira (28).

A coordenadora Denise Carneiro e o coordenador Fabiano dos Santos, representantes do segmento em seus sindicatos de base (Sindjufe/BA) e (Sintrajud/SP) e do Coletivo Nacional, conduziram o encontro virtual.

A reunião teve como pauta única,

o debate temático para formulação das propostas que serão apresentadas no 12º Congrejufe, em abril. Os participantes irão reavaliar as que já foram discutidas nos encontros nacionais para definirem as de maior urgência de implementação.

Foi sugerido e consensuado a importância de dialogar com os outros coletivos, uma possível construção unificada de propostas temáticas para o enfrentamento às opressões

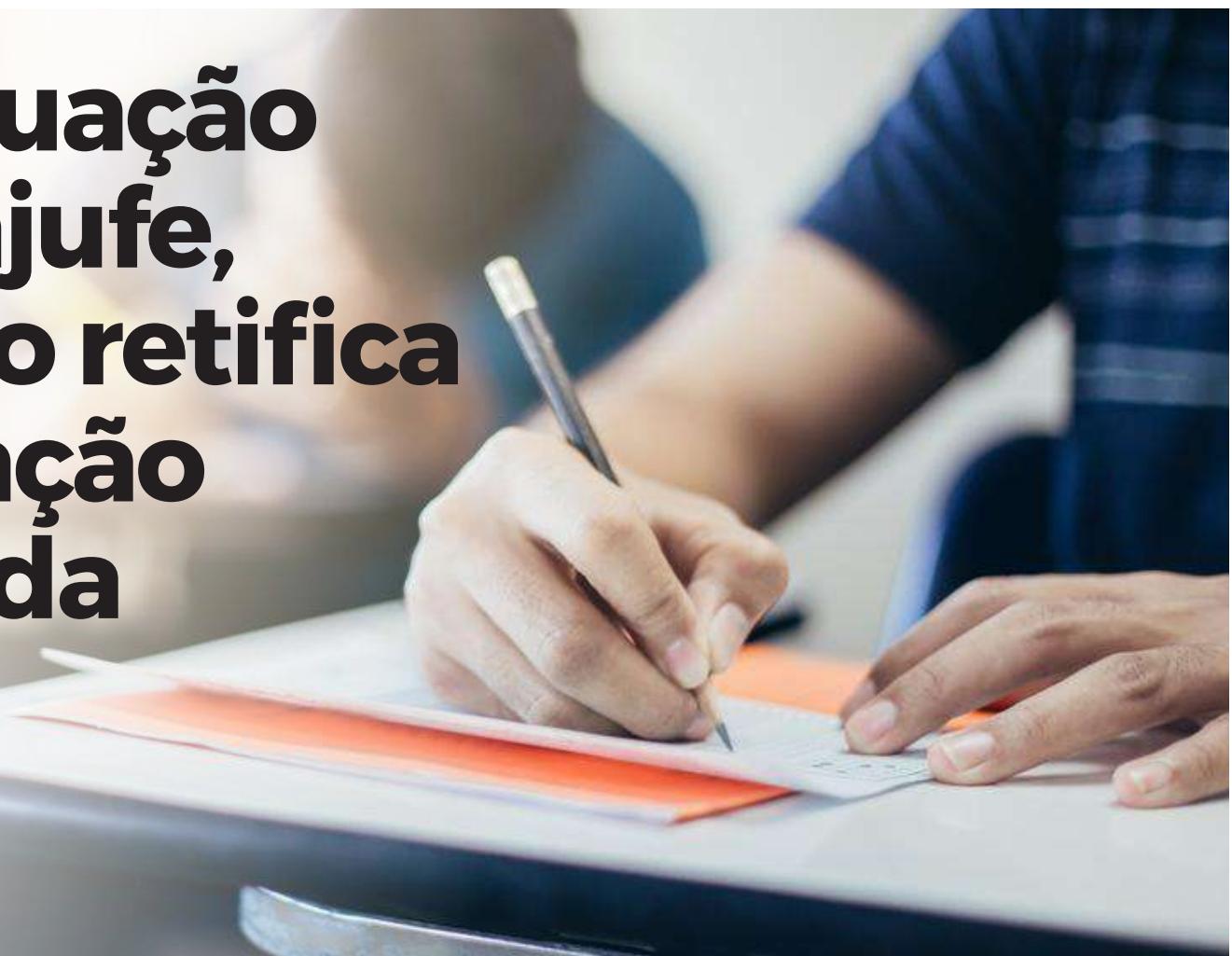
para o Congrejufe. O coordenador Fabiano irá fazer a interlocução e posteriormente trazer para discussão no coletivo.

O Coletivo LGBTQI+ foi criado no II Encontro Nacional do segmento ocorrido em novembro de 2024 e representa uma grande vitória para todas (os) servidoras(es) LGBT+ inseridos na categoria do poder judiciário e do Ministério Público.

Joana Darc Melo

Após atuação da Fenajufe, cursinho retifica informação divulgada

Site publicou que a Federação era contrária à exigência de nível superior para técnicos judiciários e do MPU



Após atuação imediata da Federação sobre a publicação a respeito do NS no site de cursinho preparatório para concurso público, a plataforma digital retificou o conteúdo que afirmava ser, a Fenajufe, favorável às ADIs que tramitam no STF, contra a lei que instituiu a mudança do requisito de ingresso no cargo de técnico judiciário.

Ao divulgar a exigência do nível superior para o cargo de técnico do

MPU, no último dia 21, o cursinho atestou que a Federação seria contrária ao requisito. Em nota pública, a Fenajufe desmentiu categoricamente a afirmação contida na matéria e encaminhou a questão à Assessoria Jurídica Nacional (Cezar Britto Advocacia), que agiu de forma imediata, levando à retirada da matéria do ar e à publicação de texto retificado.

Em um trecho da nota, a Fenajufe alertou para os cuidados de

publicações em tempos de fake news e reafirmou seu compromisso com a defesa da valorização da carreira de servidoras e servidores do PJU e MPU e lembrou que as Lei nº 14.456/2022, que garantiu o NS para técnicos do PJU, e a Lei nº 14.591/23 para o cargo de técnico do MPU são frutos de muita luta e articulação política da Federação.

Joana Darc Melo



SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS
E NÃO PERCA
NENHUMA
novidade




@fenajufe

www.fenajufe.org.br

12º

FOZ DO IGUAÇU — ABRIL/2025

Congrejufe

